

Escapando da armadilha territorial: a Guerra da Ucrânia à luz dos pressupostos de John Agnew

Leonardo Luiz Silveira da Silva¹

Resumo: A armadilha territorial foi uma expressão criada por John Agnew (1994) para aludir a uma dimensão equivocada da análise geopolítica. Nessa dimensão, caracterizada por três pressupostos, as relações de poder entre Estados são vistas a partir de um ponto de vista exclusivamente realista de análise. Neste artigo, utilizamos o conflito russo-ucraniano como forma de analisar criticamente os três pressupostos que dão forma à armadilha territorial. Concluímos por meio desta reflexão de cunho epistemológico que a utilização de teorizações que transcendem os limites teóricos dos *mainstream* analíticos da Geopolítica e das Relações internacionais é uma atitude positiva.

Palavras-Chave: Realismo Político; Guerra da Ucrânia; Ucrânia.

Escaping from the territorial trap: the Ukrainian War by the lenses of John Agnew's assumptions

Abstract: The territorial trap was an expression created by John Agnew (1994) to allude to a mistaken dimension of geopolitical analysis. In this dimension, characterized by three assumptions, the power relations between States are seen from an exclusively realistic point of view of analysis. In this article, we use the Russian-Ukrainian conflict as a way to critically analyze the three assumptions that shape the territorial trap. We conclude through this epistemological reflection that the use of theorizations that transcend the theoretical limits of the analytical mainstream of Geopolitics and International Relations is a positive attitude.

Key Words: Political Realism; Ukrainian War; Ukraine.

Escapar de la trampa territorial: la Guerra de Ucrania a la luz de las supociones de John Agnew

Resumen: La trampa territorial fue una expresión creada por John Agnew (1994) para aludir a una dimensión equivocada del análisis geopolítico. En esta dimensión, caracterizada por tres supuestos, las relaciones de poder entre los Estados son vistas desde un punto de vista de análisis exclusivamente realista. En este artículo, utilizamos el conflicto ruso-ucraniano como una forma de analizar críticamente los tres supuestos que dan forma a la trampa territorial. Concluimos a través de esta reflexión epistemológica que el uso de teorizaciones que trascienden los límites teóricos de la corriente analítica de la Geopolítica y las Relaciones Internacionales es una actitud positiva.

Palabras-clave: Realismo Político, Guerra de Ucrania; Ucrania.

¹ Doutor em Geografia, Docente do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) - Campus Salinas.

Introdução

Poucos anos após o fim da Guerra Fria e no contexto do seu ocaso, muitos pesquisadores se dedicaram a compreender como se rearranjaria a nova ordem mundial. O afã de conceder respostas produziu das teses mais frágeis às mais robustas. Certamente, no rol das explicações se destacam o Fim da História de Fukuyama (1992), o choque das civilizações de Samuel Huntington (1997), o fim dos Estados-Nação e a ascensão dos Estados região de Kenichi Ohmae (1999) e a derrocada do liberalismo, de Immanuel Wallerstein (2002). Em comum, são teses que, a seu modo, transcendem pressupostos do Realismo Político². As relações internacionais, enquanto área acadêmica autônoma, já vem buscando a transcendência do Realismo, como se vê na ascensão e disseminação do Liberalismo em suas diversas manifestações (Liberalismo da Interdependência, Liberalismo Republicano e Liberalismo Institucional) (JACKSON; SØRENSEN, 2007) e no apelo crescente dado ao Construtivismo³, que tem como ícone a obra de Alexander Wendt (1992) “Anarquia é aquilo que os Estados fazem dela”.

No âmbito da Geografia, pontualmente na Geopolítica, o Realismo mostrou-se mais resiliente; todavia, ainda que tardiamente, a hegemonia realista na interpretação geopolítica passou a enfrentar concorrência teórica robusta, e os pressupostos do Realismo passaram ser vistos como insuficientes e mesmo equivocados. É nesta seara epistemológica revisionista

² Destacam-se como premissas realistas básicas: (1) uma visão pessimista da natureza humana; (2) uma convicção de que as relações internacionais são necessariamente conflituosas e os conflitos internacionais são, em última análise, resolvidos por meio da guerra; (3) apreciação pelos valores da segurança nacional e da sobrevivência estatal; (4) um ceticismo básico com relação à existência de um progresso comparável ao da vida política nacional no contexto internacional (JACKSON; SØRENSEN, 2007).

³ Na abordagem construtivista nas relações internacionais, destacam-se como premissas: (1) as relações humanas, inclusive as relações internacionais, consistem essencialmente de pensamentos e ideias e não de forças ou condições materiais; (2) as crenças intersubjetivas (ideias, concepções, suposições) comuns entre as pessoas constituem o elemento ideológico central; (3) essas crenças comuns compõem e expressam os interesses e as identidades das pessoas e o modo como são concebidas suas relações; (4) os construtivistas ressaltam os meios nos quais essas relações são formadas e expressas, destacando, por exemplo, que instituições não possuem realidade material, que somente existem porque as pessoas acreditam em sua existência e agem de forma correspondente (JACKSON; SØRENSEN, 2007).

que se coloca o proeminente professor John Agnew⁴ (1994) ao publicar o artigo “*The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory*”. Neste artigo, Agnew trava uma discussão epistemológica sobre a análise do cenário internacional, argumentando que existem três situações – comumente ignoradas pelo Realismo Político – que conduzem os analistas à armadilha territorial [*territorial trap*]. Essas três situações são (1) Estados vistos como unidades fixas do espaço soberano; (2) a polarização entre o ambiente doméstico e externo e (3) a ideia de que os Estados se apresentam como recipientes herméticos de sociedades (AGNEW, 1994, p.53).

A abordagem de John Agnew substitui a ideia do Estado como um corpo rígido dentro do sistema mundo e substitui pela fluidez das relações transfronteiriças, dando vazão a ideia de que os Estados são influenciados por relações que se lançam para além dos seus limites territoriais. Buscando reanimar a discussão de Agnew (1994) sobre os riscos de uma armadilha territorial na análise geopolítica, objetivamos neste artigo analisarmos o conflito ucraniano a partir das três situações que conduzem o analista ao erro ou a incompletude analítica. Assim, mostraremos que a guerra russo-ucraniana, assim como ocorre predominantemente na análise geopolítica contemporânea, exige a transcendência de certas tradições.

É importante esclarecer, de partida, que não pretendemos neste artigo analisar todos os âmbitos do conflito russo-ucraniano. Nossa intenção é focar na importância da crítica de John Agnew (1994) para a análise geopolítica, utilizando o recente conflito como parâmetro de avaliação. Veremos que o apego às formas estritamente realistas de interpretação geopolítica podem apresentar incompletudes grosseiras (SILVA; FINELLI; RANGEL, 2014; SILVA, 2018), demandando instrumentos de análise diversificados.

Preâmbulo

Desde o fim da Guerra Fria que culminou com a fragmentação da União Soviética e a criação de diversos Estados a partir do seu espólio territorial, se

⁴ John Agnew é uma figura importante no diálogo entre as relações internacionais e a geografia. A aproximação entre as duas áreas é salutar e contribui para o amadurecimento da análise geopolítica.



viu que alguns desses países, apesar de terem obtido sua independência de direito, sofrem com a influência da Rússia. A invasão russa à Ucrânia, ocorrida em fevereiro de 2022, é o ponto mais enérgico de uma escalada de tensões que há muito se desenhou na alça ocidental da fronteira russa e leste ucraniana. O grande interesse midiático no conflito escancarou por intermédio de análises acadêmicas e de jornalistas especializados as assimetrias entre o leste e oeste ucraniano. No livro “o choque das civilizações”, escrito na década de 1990, Samuel Huntington (1997) já apontava as existências de tensões importantes presentes na malha territorial ucraniana. Apesar do apontamento, vaticinou otimismo panglossiano, utilizando sua tese central do confronto civilizacional como referência analítica:

Entretanto, se o que conta é a civilização, a probabilidade de violência entre ucranianos e russos deve ser baixa. São dois povos eslavos, basicamente ortodoxos, que têm um relacionamento íntimo há séculos, e são comuns os casamentos entre eles (HUNTINGTON, 1997, p.208).

Já são exaustivamente cartografadas e, portanto, conhecidas as diferenças entre o leste e oeste ucraniano. Sendo mais justo com Huntington (1997), há de se destacar que o autor concedeu outra possibilidade:

Uma segunda e maior possibilidade é a de que a Ucrânia possa se partir, seguindo sua linha de fratura, em duas entidades separadas, das quais a oriental poderia se fundir com a Rússia. A questão da secessão primeiro apareceu em relação à Criméia. O povo da Criméia, cujo o percentual de russos está em 70 por cento, apoiou de forma ampla a independência da Ucrânia da União Soviética em um plebiscito em dezembro de 1991 (HUNTINGTON, 1997, p.209).

Huntington (1997) destaca ainda que uma terceira via menos provável consiste na crença de que a Ucrânia permanecerá unida, mas cooperando estreitamente com a Rússia. O conflito que vem se desenrolando pode conduzir ao cenário da segunda ou da terceira possibilidade aventadas por Huntington; contudo, a violência de longa duração parece estar fora do rol de previsões do autor. Apesar dessa incongruência, é de se ressaltar que a análise de Huntington penetra na dimensão construtivista das relações internacionais, fazendo-nos crer que ideologias, costumes e o próprio conceito

elusivo de cultura – todos sob o guarda-chuva do macro conceito de civilização – criam cenários transnacionais e de análise para além da rigidez das relações exclusivas de Estado *versus* Estado. Este é um ponto importante porque nos aponta que o distanciamento frente o rigor da análise do Realismo Político nem sempre garante o acerto nas avaliações acerca das relações de poder manifestas no sistema-mundo.

A despeito deste entendimento e buscando cumprir o objetivo deste artigo, iremos mostrar nos tópicos a seguir como os ingredientes da armadilha territorial (AGNEW, 1994) são limitados para interpretar o conflito russo-ucraniano. Estes ingredientes foram apresentados na introdução e serão esmiuçados em três tópicos: (1) Estados vistos como unidades fixas do espaço soberano; (2) a polarização entre o ambiente doméstico e externo e, por fim, (3) a ideia de que Estados se apresentam como recipientes herméticos de sociedades.

Estados vistos como unidades fixas do espaço soberano

John Agnew argumenta que se apresenta como avaliação equivocada o fato dos territórios estatais serem comumente reificados como um conjunto de unidades fixas de espaço soberano. Na visão do autor, esse modo de compreensão serve para des-historicizar e descontextualizar o processo de formação e desintegração estatal (AGNEW, 1994). Não é uma abordagem propriamente nova compreender as redes como estrutura e face tangível do território (RAFFESTIN, 1980), o que nos leva a considerar a heterogeneidade dos fluxos que unem fixos; em outras palavras, no interior dos limites territoriais, é necessário considerar que o adensamento das redes não é homogêneo, formando camadas de territorialização assimétricas que trazem reflexos claros para a governança.

A intensificação da globalização é uma força que ajuda a intensificação de fluxos transfronteiriços. No competitivo espaço internacional, aprendeu-se que o aluguel de soberanias é uma estratégia importante para atração de grandes eventos (BADIE, 1999). Se a globalização tende a fazer os fluxos se adensarem, por outro lado poderes paralelos em ascensão e o



enfraquecimento dos Estados podem conduzir a uma reorganização nas malhas dos fluxos que ilustram o seu próprio colapso. O termo Estados Falidos evidencia um sintoma de desterritorialização profunda que não pode se desvencilhar da dinâmica de fluxos e fixos que sustenta a base territorial (BADIE, 1995; FUKUYAMA, 2005). Ipso facto, é de suma importância compreender que a territorialização é flutuante e que os fixos e fluxos que a anima possuem efemeridade. As áreas limítrofes dos territórios nacionais evidenciam – em larga medida, por intermédio das economias de arbitragem – pendularismos de toda ordem que agitam caleidoscopicamente o arranjo das redes transfronteiriças (SILVA; DINIZ, 2020).

Os limites dos Estados podem se reajustar ao longo da história, mas, certamente, o rearranjo das redes que envolvem as nações é muito mais fluído, conduzindo a situações como a que podemos hoje observar na Ucrânia. Sabe-se que a maior parte da elite russa é inclinada a conceber a Ucrânia enquanto Estado independente como um fenômeno temporário, sentimento que também é compartilhado por parcela expressiva da população (SOLCHANYK, 1998). O ponto de partida da Ucrânia independente após-1991 já era visto como problemático, já que existia um ceticismo generalizado acerca da estabilidade do Estado, marcado por importantes assimetrias entre a sua porção ocidental e oriental (ZHURZHENKO, 2002).

A invasão russa à Ucrânia em fevereiro de 2022 tornou pública mediante extensa cobertura midiática de que forma os tentáculos russos que alcançam o país serviram para desestabilizar a sua integridade territorial. É importante apontar que as redes russas atuantes no território ucraniano parecem mais contribuir para enfraquecer o exercício do nacionalismo ucraniano do que promover o nacionalismo russo propriamente dito. É como se os grupos russófonos orientais desejassem a autonomia, mas não sob bases ucranianas ou russas (SOLCHANYK, 1998). Dentre esses tentáculos metafóricos das redes transnacionais russas destacam-se, além do uso extensivo do idioma russo em províncias ucranianas orientais, a existência de um viés ideológico não integracionista frente ao bloco europeu, tanto na perspectiva econômica (adesão à União Europeia) quanto na política (adesão à OTAN). No período



pós-1991, a russofonia dominante nas províncias orientais ucranianas se tornou sinônimo de orientação pró-comunista, de nostalgia soviética, tendências pan-eslavistas e favoráveis à reunificação com a Rússia (ZHURZHENKO, 2002).

Evidencia-se, assim, uma incongruência entre a soberania de fato e de direito, em meio a diferenças rítmicas e de alcance do processo de territorialização dos beligerantes, em um cenário no qual a noção dos “Estados vistos como unidades fixas do espaço soberano” (AGNEW, 1994) se mostra incapaz de se portar como uma ferramenta analítica adequada para a interpretação da política de poder.

A polarização entre o ambiente doméstico e externo

Um mundo visto como um ambiente que abriga Estados entendidos como indivíduos lutando um contra os outros em busca de riqueza e poder é um fundamento comum para o pensamento do Realismo Político. Tal premissa solapa a necessidade de vermos as complexas relações envolvendo o ambiente doméstico e o externo no âmbito de cada Estado. A noção acerca da existência de uma polarização entre o ambiente doméstico e o externo é uma inadequação analítica que, segundo John Agnew (1994) também auxilia a conduzir o analista à armadilha territorial.

Keohane e Robert Nye Jr. (2012) pontuam – em livro originalmente publicado na década de 1970 (*Power and Interdependence*) – que muitas questões que antes eram tratadas como domésticas ganharam importância e a diferença entre as questões internacionais e domésticas se tornou tênue. Sob condições da Interdependência Complexa – expressão cunhada pelos autores que se referem a uma nova ordem analítica antagônica ao Realismo Político – as relações atuais entre Estados não são somente ou basicamente interações entre líderes de Estado. Nestas condições passam a existir relações em níveis muito variados por meio de muitos atores e de diversos departamentos de governo. O peso das relações transnacionais entre indivíduos e grupos não estatais passaria a ser considerável sobre o *decision-making* dos homens do Estado (nesse sentido, os fatos descritos desenhariam um quadro analítico não



realista). Assim, as relações internacionais se tornam mais parecidas com a política nacional, frase que é um axioma para os pensadores do Liberalismo da Interdependência.

A guerra russo-ucraniana é um teste e tanto para esta premissa, visto que a repressão de parcela da população russa insatisfeita com a guerra⁵ se faz perceber. Todavia, há de se considerar que o comportamento da Rússia no conflito e na estratégia militar sofre influência não somente do contexto internacional que inclui a pressão de potências militares, mas também na manutenção de uma ordem civil tênue que dê tranquilidade para que o país alcance seus objetivos político-militares. A repressão de civis evidencia um desalinhamento entre a pauta majoritária doméstica e a política externa, mas não é adequado afirmar que exista uma polarização extrema entre o ambiente doméstico e externo, já que ambas as dimensões parecem se afetar. No caso ucraniano, o esfacelamento de interesses que envolvem sua população cria dificuldades para consolidar a demanda doméstica, que se apresenta antagônica no comparativo regional.

É de se pensar que os Estados podem agir de forma a produzir relações mais simétricas entre o ambiente externo e doméstico. Neste particular, o conceito de nacionalismo banal mostra-se bastante eficaz para pensarmos nas distintas maneiras como se estrutura o afeto⁶ em torno da nação. O termo nacionalismo banal foi criado por Michael Billig (1995) e se refere às ações de teor nacionalistas que são implícitas, apesar de estarem presentes no cotidiano das pessoas. A imagem metonímica do nacionalismo banal não é uma bandeira erguida e agitada com paixão intensa; é a de uma bandeira discretamente pendurada em um prédio público (YUMUL; ÖZKIRIMLI, 2000).

⁵ Ver: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2022/03/14/repressao-na-russia-os-esforcos-de-putin-para-sufocar-oposicao-a-querra.ghtml> – data da reportagem: 14 de março de 2022.

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/12/repressao-politica-explode-na-russia-apos-querra-da-ucrania.shtml> - data da reportagem: 29 de dezembro de 2022.

⁶ Um conceito evado de afeto e já consagrado no plano da política internacional é o de poder brando [*soft power*], de Joseph Nye Jr.: “os tipos de recursos associados ao poder brando com frequência incluem fatores intangíveis como instituições, ideias, valores, cultura e a legitimidade percebida das políticas” (NYE JR., 2012, p.44). Esses fatores intangíveis somente são construídos por meio das relações engendradas pelas redes, que não podem ser vistas somente a partir das relações tangíveis. É necessário considerar as redes a partir de uma perspectiva holística, que inclui o afeto.



Essa categoria de ações se opõe ao nacionalismo quente [*hot nationalism*], constituído de ações mais diretas. O nacionalismo quente, por sua vez, torna-se notório em momentos de crise política, em que o Estado vê sua integridade em risco, como ocorre em um período de conflito militar.

Avaliando criticamente, quando o Estado se torna capaz de manipular afetivamente sua população, é nublada a perspectiva da interação entre a dimensão exterior e doméstica. Afinal, até que ponto o que se trata de uma dimensão doméstica não é algo construído sociologicamente pelo próprio Estado? Este terreno analítico é um ponto de grande discussão no seio do Construtivismo, que encontra seu mote na ideia da nação vista como uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008).

Acreditamos, assim, que a polarização entre o ambiente doméstico e o externo é um fundamento problemático ao analista; todavia, são muitas vezes nublados os limites entre estas duas dimensões. Certamente, contudo, há de se levar em conta o afeto da política exterior no ambiente doméstico e *vice versa*, ponto que atribui sentido ao alerta de John Agnew (1994).

Estados vistos como recipientes herméticos de sociedades

Em um uso comum, a sociedade é entendida como a organização ou ordem social contida no território de um Estado, noção que embasa a existência de frases como “a sociedade italiana” ou “sociedade americana”. “O uso da sociedade neste sentido reforça o poder totalizante do Estado territorial como força fundamental: tudo é subordinado a ele” (AGNEW, 1994, p.68). Com essa noção, levantamos duas questões muito pertinentes. A primeira delas se deve a fragmentação social no tecido territorial de um Estado; a segunda se refere ao vazamento social para além dos limites territoriais do Estado. Ambas situações são incongruências que nos levam a endossar a visão de John Agnew (1994) acerca da problemática noção de Estados como recipientes herméticos de sociedades.



A ideia de nação como uma *assemblage*⁷ evidencia que os arranjos relacionais heterogêneos entre pessoas, coisas e outros seres vivos não possuem sua dimensão espacial exatamente compatível com os limites dos Estados. Assim, em certas áreas situadas no interior de um território a ideia de nação pode ser mais frágil do que em áreas adjacentes que estão situadas no espaço exterior aos limites do Estado. Essa incongruência entre nação e território exige abordagens interpretativas que não caiam naquilo que John Agnew (1994) chamou de armadilha territorial. Assim, mostra-se como potencialidade do pensamento em rede a capacidade de refletir que as relações orientadas pela crença acerca da existência da nação podem ultrapassar os limites dos Estados ou, ainda, se mostrarem frágeis ou incipientes em determinadas porções do território.

As diferenças ideológicas manifestas no território ucraniano colocam em xeque a ideia de uma sociedade íntegra coincidindo com os limites territoriais do Estado. Tais diferenças ficam evidenciadas no resultado das eleições no país, momento que desnuda preferências político-partidárias – e, portanto, ideológicas – muito expressivas entre o leste e o oeste (KHMELKO; WILSON, 1998). Tais diferenças têm sido registradas desde as eleições presidenciais de junho e julho de 1994, poucos anos após a independência ucraniana (JACKSON, 1998). Soma-se a essas questões o seguinte destaque: na Segunda Guerra Mundial foram registrados combates que envolveram ucranianos ocidentais e orientais posicionados em diferentes posições entre as forças beligerantes; é possível notar, ainda, que do ponto de vista religioso são percebidas crescentes contradições envolvendo a igreja ortodoxa de Moscou e a de Kiev, com reverberações no interior do território ucraniano (ZHURZHENKO, 2002).

O sistema educacional é um ponto de partida muito importante não somente para o conhecimento cívico, mas para o desenvolvimento do sentimento nacionalista, oferecendo a perspectiva de coesão social. No universo escolar, não somente a realização de projetos escolares e eventos

⁷ De forma mais básica, podemos definir as *assemblages* como uma coleção de relações envolvendo entidades heterogêneas e que perduram durante algum tempo (MÜLLER; SCHURR, 2016). Isto significa considerar as relações entre atores humanos e não-humanos.



cívicos comemorativos como o dia da bandeira ou da independência se destacam: os livros didáticos apresentam-se como uma banalidade cotidiana que fomenta as redes de afeto. Alguns países adotam certas coleções de livros didáticos no ensino básico e realizam grandes compras fornecendo-os no serviço público, como ocorre no Brasil. A adoção desses livros didáticos pode passar pelo crivo de gestores do estado, interessados na divulgação de certas narrativas palatáveis ao nacionalismo. O trabalho de Karina Korostelina (2013) revelou as tensões entre as narrativas propostas pelos livros de história na Ucrânia, dispostos ao sistema de ensino de todo país, e as diferenças de entendimento acerca dessas narrativas por parte dos professores. Como a Ucrânia é um país dotado de importantes diferenças no ordenamento político-cultural, alguns professores – sobretudo na porção leste do país – não reconhecem como válida a narrativa nacionalista ucraniana, que vilaniza a Rússia. Já na porção oeste, predomina o sentimento anti-Rússia e pró-europeia entre professores que participaram de entrevistas semiestruturadas realizadas por Korostelina (2013), o que é um indício de diferenças regionais nas relações entre o professorado e a narrativa oficial do Estado que encontra eco nos livros utilizados nas redes públicas. Este é mais um exemplo para questionarmos a ideia do Estado ucraniano como um container de uma sociedade.

No contexto ucraniano a estabilidade territorial se apresenta como uma promessa de difícil exequibilidade. É importante notar que o caso ucraniano não é só uma questão acerca de diferenças político-culturais importantes no interior de um território; soma-se a isso a presença da Rússia enquanto potência adjacente, desejosa de ampliar a sua influência e que usa o passado como discurso legitimador para o seu assédio. Ademais, as características particulares da assimetria ucraniana evidenciam territórios separatistas e/ou autonomistas do leste bastante entrelaçados com a potência interessada. É importante destacar que os russófonos ucranianos constituem um grupo muito particular, diferenciando-se substancialmente em termos de valores e atitudes tanto de russos que habitam a Ucrânia quanto de ucraniófonos ucranianos (RIABCHOUK, 1998). Isso permite compreender o fato de que nem todos os



russófonos são a favor da integração territorial de províncias orientais ucranianas à Rússia. O quadro complexo evidencia clivagens sociais que desafiam a ideia de um Estado como recipiente de uma sociedade, abordagem que Agnew (1994) alertou que conduz o analista à armadilha territorial.

As diferenças regionais que nos fazem perceber a fragmentação social na Ucrânia nos leva a pensar nos efeitos do afeto em rede. A disposição heterogênea desta rede sobre o território ucraniano é uma fonte de instabilidade política, sobretudo devido à atuação de um ator-vizinho beligerante, posicionado em sua adjacência leste e que está entrelaçado nas mais diversas redes que envolvem os fixos e os fluxos. Como Thrift (2008) outrora assumiu, a manipulação do afeto pode se constituir como uma arena importante para a política de poder. Como o Estado é um partícipe efetivo do arranjo das redes em sua base territorial e para além dela, a configuração dessas redes apresenta-se como um veículo do afeto e um elemento que não pode ser desconsiderado na política entre Estados⁸.

Considerações finais

Apresentamos neste artigo os três pressupostos analíticos que, segundo John Agnew (1994) conduzem o analista geopolítico à armadilha territorial. Tais pressupostos, vistos como inadequados, estão alinhados com a perspectiva do Realismo Político. Acreditar nas inadequações de tais pressupostos é o mesmo que apontar fragilidades da análise exclusivamente pautada pela perspectiva realista. É importante apontar que as três características de análise possuem limitação crescente, devido o grau de interdependência que se agiganta entre as sociedades, muitas das quais são tão fluidas ao ponto de não serem comportadas pelos limites dos Estados. Todavia, as conexões que se estabelecem entre Estados e sociedades não são homogêneas; logo, os pressupostos de Agnew (1994) parecem funcionar melhor em determinadas situações.

⁸ Sabe-se, todavia, que o afeto é um conceito elusivo. Isso nos exige pormenorizar as oscilações dos seus efeitos entre indivíduos e coletividades. Em outras palavras, não é possível hierarquizar com acuidade o afeto. Como consequência, reflexões sobre o afeto em âmbito geopolítico devem se afastar das análises clássicas e ortodoxas, mirando em alternativas pós-positivistas de abordagem.



Este fato escancara o arranjo da política internacional como se este fosse edificado a partir de temporalidades distintas. Sanções econômicas não são mecanismos eficientes quando aplicadas às isoladas Coreia do Norte e Myanmar (NYE JR, 2002). Temos assim, uma evidência de que a política internacional é formada por um mosaico de possibilidades que é montado a partir das distintas inserções dos atores no conjunto do sistema-mundo. O crescimento das interconexões estruturais e societárias aponta para uma tendência de valorização da perspectiva trazida por Agnew (1994), que já possui, no atual momento, ampla viabilidade. O peso da expansão das relações entre Estados e sociedades para o rearranjo da política internacional Rosencrance (1986) outrora sacramentou que o avanço do comércio internacional seria uma força esplêndida para tornar o conflito cada vez mais improvável.

O conflito russo-ucraniano dá mostras importantes de que os pressupostos de Agnew (1994) possuem validade. Ainda que possamos relativizar a força de alguns dos seus pressupostos que conduzem o analista à armadilha territorial, fica evidenciado que a utilização de teorizações para além dos limites rígidos do *mainstream* da Geopolítica e também das Relações Internacionais parece ser uma atitude prudente.

Referências

AGNEW, John. The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory. **Review of International Political Economy**, v.1, n.1, p.53-80, Spring, 1994.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BADIE, Bertrand. **O Fim dos territórios. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BADIE, Bertrand. **Um mundo sem soberania. Os Estados entre o artifício e a responsabilidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

BILLIG, Michael. **Banal Nationalism**. London: Sage Publications, 1995.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.



FUKUYAMA, FRANCIS. **A construção de Estados**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JACKSON, Louise. Identity, language, and Transformation in Eastern Ukraine: a Case Study of Zaporizhzhia. (in): KUZIOS, Taras. **Contemporary Ukraine: Dynamics of Post-Soviet Transformation**. London and New York: Routledge, 1998.

JACKSON, Robert; SORENSEN, George. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

KEOHANE, Robert O; NYE JR., Joseph S. **Power and interdependence: world politics in transition**. Boston: Little, 4th Edition, 2012.

KHMELKO, Valeri; WILSON, Andrew. Regionalism and Ethnic and Linguistic Cleavages in Ukraine. (in): KUZIOS, Taras. **Contemporary Ukraine: Dynamics of Post-Soviet Transformation**. London and New York: Routledge, 1998.

KOROSTELINA, Karina. Constructing nation: national narratives of history teachers in Ukraine. **National Identities**, v.15, n.4, p.401-416, 2013.

MÜLLER, Martin; SCHURR, Carolin. Assemblage thinking and actor-network theory: conjunctions, disjunctions, cross-fertilisations. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.41, i.3, p.217-229, July, 2016.

Nye Jr, Joseph S. **The paradox of american power: why the world's only superpower can't go it alone**. New York: Oxford University Press, 2002.

NYE JR., Joseph S. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RIABCHOUK, Mykola. Civil Society and Nation Building in Ukraine. (in): KUZIOS, Taras. **Contemporary Ukraine: Dynamics of Post-Soviet Transformation**. London and New York: Routledge, 1998.

ROSENCRANCE, Richard. **The rising of the trading State**. New York: basic Books, 1986.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. O desafio do novo mundo à geopolítica clássica. **Caminhos de Geografia**, v.19, n.65, p.257-268, 2018.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; DINIZ, Alexandre Magno Alves de. **Nem o rio nos separa: articulações nacionais e transnacionais entre as cidades-gêmeas de Guajará-Mirim (BRA) e Guayaramerín (BOL)**. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; FINELLI, Ramon Moreira Gonçalves; RANGEL; Bruno de Araújo. A reflexão sobre a eficiência dos pressupostos realistas na contemporaneidade através da invasão do Iraque em 2003. **Geotextos**, v.10, n.2, p.143-160, 2014.

SOLCHANYK, Roman. The Post-Soviet Transition in Ukraine: Prospects for stability. (in): KUZIOS, Taras. **Contemporary Ukraine: Dynamics of Post-Soviet Transformation**. London and New York: Routledge, 1998.

THRIFT, Nigel. **Non-representational theory: Space/politics/affect**. London: Routledge, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o Liberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it. **International Organization**, v.46, p.394-419, 1992.

YUMUL, Arus; ÖZKIRIMLI, Umut. Reproducing the nation: “banal nationalism” in the Turkish press. **Media, Culture & Society**, v.22, i.6, p.787-804, 2000.

ZHURZHENKO, Tatiana. The myth of two Ukraines. **Eurozine**, p.1-8, September, 2002.

Recebido em 15.01.2023.

Publicado em 12.04.2023.

